

A INFLUÊNCIA DO LIBERALISMO E DO PROTESTANTISMO NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Celso Gabatz*

RESUMO: O artigo destaca a influência do Liberalismo e do Protestantismo na constituição da sociedade brasileira. Sublinha os ideais positivistas de progresso, evolução e ordem, além de ilustrar uma comparação com o debate acerca da liberdade de culto. Busca ainda enfatizar alguns aspectos do protestantismo de imigração, protestantismo missionário e a liberdade religiosa protestante no Brasil. Sugere uma observação dos diversos modelos ideológicos de caráter religioso e os seus possíveis desdobramentos na atualidade.

Palavras-Chave: Liberalismo; Protestantismo; Positivismo

ABSTRACT: This article highlights the influence of Liberalism and Protestantism in the formation of Brazilian society. It stresses the positivist ideals of progress, evolution and order, along with a comparison to illustrate the debate about freedom of worship. It also searches to address some aspects of immigration Protestantism, missionary Protestantism and religious freedom in Brazil. This observation suggests one of the several ideological models under a religious view and its possible ramifications today.

Keywords: Liberalism; Protestant; Positivism

A Bíblia exalta a ‘transcendência de Deus’; o liberalismo aplica o nome de Deus ao “processo do mundo”. A Bíblia ensina que “o homem é um pecador sob a justa condenação de Deus”; o liberalismo acredita que “sob as [...] feições exteriores do homem [...] é possível descobrir abnegação suficiente para servir de fundamento à esperança da sociedade”. A Bíblia proclama Jesus Cristo como objeto divino e humano da fé; o liberalismo vê nele um exemplo humano de fé. A mensagem central da Bíblia é a salvação da culpa do pecado pelo sacrifício expiatório de Cristo, o Filho de Deus; o liberalismo ensina que a salvação vem pelos próprios seres humanos, vencendo sua preguiça para fazer o bem. O missionário cristão prega a salvação das almas humanas pela obra redentora de Cristo; o “missionário do liberalismo procura expandir os benefícios da civilização cristã” (VOLF, 1992, p.129).

1–Considerações Iniciais

Portugal surge como nação independente da Espanha durante a Reconquista (1139-1249). Seu primeiro rei é D. Afonso Henrique. O novo país conhece o seu apogeu com o período das grandes navegações e dos grandes descobrimentos, nos séculos 15 e 16, com a consequente formação do império colonial português na África, Ásia e América Latina.

* Bacharel em Teologia pelas Faculdades EST de São Leopoldo; Graduando em Sociologia na UNIJUI; Mestrando em História na Universidade de Passo Fundo [UPF]; Bolsista da [UPF]. E-mail: gabatz@uol.com.br

No final da Idade Média, a forte integração entre a igreja e o Estado na Península Ibérica deu origem ao fenômeno conhecido como “padroado” ou patronato real. Pelo padroado, a Igreja de Roma concedia a um governante civil um grau de controle sobre uma igreja nacional em apreciação por seu zelo cristão e como incentivo para futuras ações em favor da igreja. Entre 1455 e 1515, quatro papas concederam direitos de padroado aos reis portugueses, que assim foram recompensados por seus esforços no sentido de derrotar os mouros, descobrir novas terras e trazer outros povos para a fé cristã.

A “descoberta” e colonização do Brasil foi um empreendimento conjunto do Estado português e da Igreja Católica, no qual a coroa desempenhou o papel predominante. O Estado forneceu os navios, custeou as despesas, construiu as igrejas e pagou o clero, mas também teve o direito de nomear os bispos, recolher os dízimos, aprovar documentos e interferir em quase todas as áreas da vida da igreja.

Com a nomeação do primeiro governador geral, Tomé de Sousa em 1549, vieram junto também os primeiros membros de uma nova ordem religiosa católica, os jesuítas. Essa ordem iria atuar no Brasil até o ano de 1759 (AZZI, p. 87).

2-Considerações acerca do Liberalismo e do Protestantismo no Brasil

2.1- O Liberalismo

A palavra liberal vem do latim – *liber* - (“livre”). No sentido original, o termo refere-se a uma filosofia política que tenta limitar o poder político, defendendo e apoiando os direitos individuais (ELIAS, 2008). As principais idéias acerca do liberalismo surgiram com alguns pensadores iluministas do século XVIII, como Locke, Rousseau e Montesquieu. Eles propunham estabelecer os limites do poder político ao afirmar que existiam direitos naturais e leis fundamentais de governo que nem os reis poderiam ultrapassar sob o risco de se transformarem em soberanos injustos e cruéis. Estes ideais sublinhavam o princípio de uma menor intervenção do Estado na produção e na distribuição das riquezas, o fim dos monopólios e a livre concorrência¹.

No Brasil, as ideias liberais foram assimiladas principalmente por proprietários de grandes extensões de terra e escravos. Eles buscavam manter as estruturas de produção,

libertando-se do jugo de Portugal. Esta elite, logo após a independência, ambicionava ainda ampliar o poder legislativo em detrimento do poder real.

Durante o período imperial (1822 a 1889) teremos a formação de dois grupos políticos distintos no Brasil: liberais e conservadores. Os liberais defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra e que pudesse favorecer a descentralização das províncias (MENDONÇA, p. 23).

2.2– O Protestantismo e a Independência do Brasil

Com a independência do Brasil, surgiu a necessidade de atrair imigrantes europeus, inclusive protestantes². A Constituição promulgada em 1824 assegurou uma maior gama de direitos de culto também para aquelas tradições não alinhadas com Roma. No entanto, a religião oficial do império ainda era o catolicismo.

Influenciados pelo ideal positivista de progresso, evolução e ordem os parlamentares da frente liberal e republicana passam a debater o valor da liberdade física e religiosa.

Rui Barbosa, um dos maiores defensores do liberalismo, sublinha no prefácio da tradução da obra *O Papa e o Concílio de 1877* que a religião não deveria ser assunto individual, alheio ao Estado. Falando a respeito da carta magna de 1824 diz “[...] o ingresso ou não de um cidadão ao parlamento, o registro civil, o direito de sucessão, [...] saber se a Constituição é superior ou inferior as bulas pontifícias, a privacidade ou não dos cemitérios, são... questões políticas” (JANUS, 1930, p. 12).

Os protestantes teriam seus direitos reconhecidos de forma integral em relação ao casamento civil, batismo, uso de cemitérios e educação, somente com o advento da República³. Com a Proclamação da República acontece uma renovação da tradição católica no Brasil. À medida que afirmava sua autonomia diante do Estado, a Igreja tornou-se mais universalista e mais romana. O sacerdócio tornou-se mais estrangeiro. Acontece a concorrência de outros grupos além do protestantismo, como o positivismo e o espiritismo⁴.

O século XIX foi marcado pelo esforço dos protestantes para garantir a sua legalidade e liberdade de culto. O passo importante na conquista da liberdade de expressão aconteceu em 1890. O governo republicano consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, assegurando aos

protestantes pleno reconhecimento e proteção legal. A nova expressão religiosa se implantou no Brasil em duas fases: protestantismo de imigração e protestantismo missionário.

2.3– O Protestantismo de Imigração

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, Dom João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas. Com este ato, concede-se direitos a imigrantes de qualquer nacionalidade ou religião. No ano de 1810, Portugal assina com a Inglaterra o tratado de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação. Através deste protocolo, garante aos estrangeiros “perfeita liberdade de consciência” para praticarem sua fé. Tratava-se de uma tolerância limitada, porque vinha acompanhada da proibição de fazer prosélitos e de falar contra a religião oficial. Além disso, as capelas protestantes não teriam forma exterior de templo nem poderiam utilizar sinos.

A partir de 1816 passam a chegar ao Brasil estrangeiros protestantes de nacionalidade americana [estadunidense], sueca, dinamarquesa, escocesa e francesa. Destacam-se ainda os alemães e suíços, de tradição luterana e reformada⁵.

Em 1824, um contingente de 324 imigrantes alemães luteranos acompanhados do pastor, Friedrich Sauerbronn, chegou a colônia de Nova Friburgo. A maior parte dos imigrantes alemães foi para o sul, cerca de 4.800 entre 1824 e 1830, 60% dos quais protestantes. Seus primeiros pastores foram Johann Ehlers, Karl Voges e Friedrich Klingelhöffer (RIBEIRO, 1973).

Por falta de ministros ordenados, os primeiros luteranos organizaram sua própria vida religiosa. Elegeram leigos para serem pastores e professores. Por volta de 1850, a Prússia e a Suíça passaram a auxiliar os alemães do sul do Brasil e começaram a enviar missionários. Esta iniciativa acabou consolidando uma igreja com característica bastante européia (DREHER, 1984, p. 38).

Em 1868, o pastor Dr. Hermann Borchard, passa a coordenar o recém criado Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul. Uma consequência importante da imigração protestante é o fato de que ela ajudou a criar as condições que facilitaram a introdução do protestantismo missionário no Brasil (DREHER, 1989, p. 74).

2.4– O Protestantismo Missionário⁶

“Sou forasteiro aqui; em terra estranha estou...”⁷

As primeiras organizações missionárias protestantes que atuaram junto aos brasileiros foram a sociedade bíblica britânica em 1804 e a americana no ano de 1816. O representante mais eminente deste período foi James Fletcher que veio ao Rio de Janeiro e acabou se envolvendo com maçons e políticos liberais do império para garantir a sua proteção e para ganhar o direito de dar assistência religiosa aos imigrantes.

Paulatinamente, começou a ser difundida a ideia de que o atraso brasileiro era consequência direta da dominação católica sobre a política, cultura e religiosidade. Este pensamento prosperou, sobretudo, entre a ala liberal maçônica e facilitou a entrada de missionários norte-americanos no território brasileiro.

A liberdade de culto reclamada pelos imigrantes em nome do progresso despertou no interior da maçonaria a possibilidade da separação entre a Igreja e o Estado através do enfraquecimento do catolicismo (RIBEIRO; INÁCIO FILHO, p. 42). Mesmo com um número diminuto de seguidores, a maçonaria exercia uma grande influência entre os círculos políticos dirigentes e passou a representar os interesses dos protestantes em relação à liberdade de culto e aos direitos civis. Em muitos momentos, diante das críticas das alas conservadoras católicas, os protestantes recorriam à proteção dos liberais e maçons na garantia de seus direitos.

A Igreja Metodista foi a primeira igreja protestante a iniciar atividades missionárias no Brasil. Em 1858, Robert Kalley fundou a Igreja Evangélica, depois Igreja Evangélica Fluminense. Kalley teve importante atuação na defesa da liberdade religiosa⁸.

Os missionários pioneiros da Igreja Presbiteriana foram Ashbel Green Simonton, Alexander Blackford e Francis Schneider. As primeiras igrejas organizadas foram as do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entre as principais realizações que destacamos estão a criação do jornal Imprensa Evangélica e o Seminário do Rio de Janeiro.

Embora Simonton tenha registrado suas preocupações primordialmente com relação a escravidão, seu interesse também estava dirigido para a questão da liberdade religiosa em nosso país. Ele critica a centralização educacional nas mãos do governo e sugere a utilização da educação como meio para a evangelização e desenvolvimento da nação brasileira. Simonton

compreende que com a educação haveria possibilidade de obter uma superioridade moral e intelectual nas futuras gerações. Com uma boa instrução se almejava colaborar decisivamente para o progresso e consolidação da nação brasileira (MENDONÇA; VELASQUES, p. 91).

Ashbel Simonton procurou estudar a cultura, a política e a religiosidade brasileira. Ao perceber que havia algumas limitações em relação a liberdade religiosa, esmerou-se em garantir uma relativa segurança ao concentrar-se em cidades maiores. Para ele, no interior as leis eram, na maioria das vezes, esquecidas ou ignoradas pelas autoridades locais⁹.

3 A Liberdade Religiosa Protestante no Brasil

A imigração no Brasil tinha a finalidade de proteger as fronteiras, fortalecer um exército nacional, “branquear” a população, suprir a inexistência de mão-de-obra qualificada e auxiliar no processo de industrialização e modernização do país (RIBEIRO; INÁCIO FILHO, 2008, p. 2). Acreditava-se que a imigração em massa dos protestantes seria a garantia de ter, em pouco tempo, uma nação austera, rica e desenvolvida.

Os liberais reconheciam que os protestantes estavam à frente dos católicos na educação, na dedicação ao trabalho¹⁰, na indústria e na moralidade. Ser liberal era sinônimo de progresso e desenvolvimento. Significava também não seguir os ideais de pobreza, humildade e caridade pregados por Francisco de Assis e difundidos no âmbito católico romano (VIEIRA, 1980).

O Protestantismo encontra aqui uma cultura adversa. Uma cultura mágica e determinista, um calendário recheado de feriados, dias santos e festas religiosas que deixava pouco espaço para o trabalho. Uma dupla moral para o casamento e, sob o ponto de vista político, uma monarquia supostamente “esclarecida” e socialmente escravista. Era tamanho o fosso que o protestantismo buscou converter os católicos e retirá-los para outro mundo, isto é, o da comunidade da fé. Manter-se, por prudência ou conveniência diplomática, não fazendo críticas abertas ao Estado. Daí o refrão tradicional entre os protestantes históricos, especialmente os luteranos - “o crente não deve se meter em política” (MENDONÇA, 2007, p. 171).

O projeto protestante propunha algo muito simples: se os indivíduos fossem transformados, a sociedade seria modificada. Somente com liberdade para pensar, agir, aprender

e mudar, as pessoas poderiam chegar ao conhecimento da verdade, escolheriam a verdadeira religião e a melhor forma política.

4 Considerações Finais

No universo protestante europeu, no final do século XIX e começo do século XX, se desenvolveu uma teologia que buscou entrar em diálogo com a modernidade. Sobretudo teólogos como Albert Ritschl, Adolf von Harnack e Ernst Troeltsch desenvolveram a teologia liberal. Esse liberalismo teológico enfatizou que: “O cristianismo deve reconciliar-se com o mundo moderno, com o seu naturalismo científico, com o seu racionalismo moral, com a sua democracia política. O cristianismo deve assimilar todo o valor positivo da modernidade [...] isto o tornará mais puro, mais autêntico” (COMBLIN, 1985, p. 33). Na busca por tornar o cristianismo moderno, valerá o racionalismo para interpretá-lo de forma que passe a dizer algo significativo, não contraditório e verdadeiro a este novo homem e a esta nova mulher.

O liberalismo brasileiro convivia com a grande propriedade, a escravidão, com as eleições censitárias, com o estado unitário e com o senado vitalício. A luta dos liberais, muitos deles pertencentes à maçonaria, consistia em questões em torno da liberdade. Assim, o catolicismo, antes religião oficial, entrou em conflito com o Império, em razão das divergências no padroado em relação ao poder exercido pela maçonaria.

O protestantismo, com a sua bandeira de separação entre a igreja e o Estado, serviu de modelo. Os Protestantes foram portadores do ideal liberal da época, e encontraram apoio daqueles que viam na influência da igreja católica sobre o Estado, um entrave para o progresso fundamentado nos ideais de liberdade.

Também o sistema educativo do protestantismo volta-se para a ciência e a técnica como diferenciais na educação tradicional vigente. Por essa razão, a educação oferecida pelas escolas protestantes alcança a elite brasileira, embora esta continuasse, em sua maioria, distante da mensagem evangélica.

Os diversos *protestantismos* que chegaram ao Brasil há quase dois séculos, trazendo ideologias peculiares, mas que encontraram receptividade em setores liberais e não-religiosos da sociedade brasileira, não conseguiram se firmar como religião assim como propunham, em

consequência, sua ética de ação ficou prejudicada. Com poucas exceções, hoje, o protestantismo se limita a esforços para aumentar o número de fiéis e protegê-los do mundo.

A sociedade contemporânea conduz a uma maior subjetividade. Vivenciamos relações mais abertas, com menos necessidade de certeza em relação ao futuro e com maior limitação de instrumentos para enfrentar as carências existenciais e do sofrimento cotidiano. Vivemos um período da história da humanidade onde as pessoas se aproximam da igreja por acreditar que este seja capaz de resolver as mazelas e vicissitudes mais imediatas de sua caminhada.

Parece que nas comunidades protestantes históricas, talvez ainda se busque um sistema mais racionalizado da vida. O indivíduo se aproxima destes grupos, muitas vezes, por causa da relação fraterna e de apoio mútuo que se estabelece nesse contexto.

Observamos que, no mundo atual, uma boa parcela das pessoas busca outro tipo de religiosidade. Aquela voltada às sensações e promessas de sucesso e felicidade imediata. A racionalidade protestante propunha a construção de uma identidade específica abrangente. Infelizmente parece que esta mesma racionalidade tem servido de critério para ajuizar questões morais e teológicas. Impede-se o princípio da liberdade individual e se proclama e legitima apenas um determinado tipo de experiência religiosa. Tempos obscuros de um dilema sem fácil resolução.

Nem a religião, nem os homens, são livros abertos. Foram antes construções históricas, lógicas e psicológicas contraditórias. Com frequência, encerram uma série de motivos, cada qual, seguindo isolada e coerentemente, obstruindo o caminho ou se chocando contra eles frontalmente. Nas questões religiosas, a coerência foi uma exceção, não a regra (WEBER, 1983, p. 89).

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. História do pensamento católico no Brasil – I. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. *A Igreja no Regime Republicano*. In: *Religião e Sociedade* 13/3:76-92, 1986.

CAVALCANTI, H. B. O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. *Revista de Estudos da Religião* Nº 4 / 2001.

COMBLIN, José. *Teologia da libertação, teologia neo-conservadora e teologia liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 1984.

_____. "Protestantismo de inmigración en Brasil: su implantación en el contexto del proyecto liberal modernizador y las consecuencias del mismo," *Cristianismo y Sociedad* 27, nº 1, 1989.

ELIAS, Norbert. *Novas Perspectivas*. In: *Revista Sociologia – Sociedade e Estado*. Brasília, 2008.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. *A Identidade Batista e o "espírito" da Modernidade*. São Leopoldo: IEPG/EST, 2008.

JANUS, A. *O Papa e o Concílio*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1930.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. São Paulo, Nova Cultural, 1997.

MEYER, Thomas. *Fundamentalismo, rebelião contra a modernidade* (1989) apud DUBIEL, Helmut. O fundamentalismo da modernidade. In: BONI, Luiz A. de (org.) *Fundamentalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste Porvir - A inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. *Protestantismo no Brasil: Um caso de religião e cultura*. REVISTA USP, São Paulo, n.74, junho/agosto 2007.

MENDONÇA, A. G. e VELASQUES, F. P. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

RIBEIRO, B. *Protestantismo e Cultura Brasileira: Aspectos Culturais da Implantação do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil monárquico (1822-1888): aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.

RIBEIRO, Viviane e FILHO, Geraldo Inácio. *Protestantismo, Liberalismo, Maçonaria e Educação no Brasil na Segunda Metade do Século XIX*. Uberlândia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

VIEIRA, D. G. *O Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980.

VOLF, Miroslav. *O desafio do fundamentalismo protestante*. Concilium, Petrópolis, v. 241, n. 3, 1992.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1982.

NOTAS

1. Esta perspectiva encontra-se reforçada nas teorias defendidas especialmente por Karl Manheim na sua obra - **Strukturen des Denkens**. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1980.

2. Geralmente a Reforma Religiosa que deu origem ao protestantismo é pensada a partir de Lutero com suas 95 teses. No entanto, a Reforma foi um vasto movimento que começou ainda na Idade Média e se prolongou até o século XVIII e XIX com o desenvolvimento do metodismo na Inglaterra no seio da Igreja Anglicana. Contudo, são consideradas históricas ou reformadas as igrejas que surgiram após o movimento desencadeado por Lutero e que contêm em seus símbolos de fé os paradigmas fundamentais propostos por Martinho Lutero e Calvino. A Reforma é uma das expressões do humanismo que começou no século XIV. A verticalidade cedeu lugar à horizontalidade. Isto significou a liberdade e responsabilidade do indivíduo perante si mesmo, o mundo e o próximo. Em suma, a Reforma colocou o homem individualmente perante Deus com suas culpas e necessidades. A Reforma significou, entre outras coisas, o início da secularização. As pessoas podiam ler e interpretar a Bíblia individualmente e escolher sua própria comunidade cristã independentemente de ordens sacerdotais, hierarquias ou dogmas.

3. Já por volta do ano de 1863 uma lei buscou reconhecer, no entanto, os atos “civis” praticados por autoridades de outras denominações não católicas, desde que estas autoridades estivessem devidamente registradas pelo governo. Até então a lei determinava que só os padres católicos e as paróquias podiam sancionar casamentos, registros de nascimentos e mortes. Em relação a este assunto merece destaque a análise entabulada por AZZI, Riolando. *A Igreja no Regime Republicano*. In: *Religião e Sociedade* 13/3:76-92, 1986.

4. O avanço nas práticas comerciais contribuiu para que a liberdade religiosa viesse a se tornar um problema a ser resolvido no parlamento brasileiro. Interessantes são os comentários feitos pelo historiador da Universidade de Richmond, CAVALCANTI, H. B. *O Projeto Missionário*

Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. Revista de Estudos da Religião Nº 4 / 2001 / pp. 61-93.

5. O Brasil é visto na Europa como um país carente do Iluminismo e do Protestantismo. Bastante sobrecarregado pela herança ibérica, profundamente católica, oligárquica, e patrimonial. Dessa forma, do ponto de vista religioso, a chegada dos primeiros protestantes representa uma força cultural um tanto obscura e desconhecida na sua essência. Assim como outros agentes culturais trazidos pela expansão liberal, ela haverá de desestabilizar os modelos locais. O seu "produto" representa o questionamento do *status quo* e a possibilidade de uma nova forma de prática religiosa. Na maioria dos países latino-americanos isso vai criar conflitos com o sistema religioso vigente.

6. A história do protestantismo missionário encontra-se vinculada a história da colonização dos Estados Unidos pelos puritanos ingleses que migraram para a “terra prometida” com o objetivo de estabelecer uma igreja livre da influência romana e fugir das perseguições religiosas.

7. Através de cânticos com esta conotação, o cristão se considerava peregrino neste mundo. É um embaixador do seu Rei e, como estrangeiro, aspira voltar à sua pátria. Esses cânticos que falam de peregrinação, de outra terra além do mar, ou dos céus, exerceram grande fascínio nas pequenas comunidades protestantes missionárias espalhadas pelo Brasil. O mundo presente é para o missionário somente um caminho até o milênio iminente – o pré-milenismo.

8. Sua esposa, Sarah Kalley, foi autora do famoso hinário *Salmos e Hinos* (1861). A Igreja Fluminense aprovou sua base doutrinária, elaborada por Kalley, em julho de 1876. No mesmo ano, o missionário voltou em definitivo para a Escócia. Os estatutos da igreja foram aprovados pelo governo imperial em novembro de 1880. RIBEIRO, B. *Protestantismo e Cultura Brasileira: Aspectos Culturais da Implantação do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

9. O que mais chama a atenção de Simonton é o estado de ignorância em que se encontrava a população. Com a falta de instrução acontecia um grande prejuízo para com o proselitismo. A Igreja Católica Romana assumia uma posição vantajosa contra os missionários protestantes.

10. VIEIRA, D. G. *O Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980. Quem melhor explicou a predominância dos protestantes como proprietários do

capital, foi Max Weber, na sua célebre obra – *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Weber procura detalhar os caminhos da afinidade entre o capitalismo e o protestantismo a partir de suas raízes na organização social do trabalho. Ele investiga a combinação da valorização do trabalho, da condenação do ócio, da restrição ao consumo de qualquer coisa supérflua e da ascensão profissional como sendo a alavanca do “espírito” do capitalismo.